



## SUMÁRIO

- 13      APRESENTAÇÃO À NOVA EDIÇÃO  
*Carlos Moore*
- 17      INTRODUÇÃO À NOVA EDIÇÃO  
*Elisa Larkin Nascimento*
- 21      APRESENTAÇÃO  
*Nei Lopes*
- 25      INTRODUÇÃO  
*Elisa Larkin Nascimento*
- PARTE 1: CULTURA, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA**
- 31      1. CULTURA BANTA NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO  
*Nei Lopes*
- 51      2. MALÊS: O ISLÃ NEGRO NO BRASIL  
*Nei Lopes*
- 71      3. O CONCEITO DE QUILOMBO  
E A RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA  
*Beatriz Nascimento*

- 93 4. O MOVIMENTO SOCIAL AFRO-BRASILEIRO NO SÉCULO XX:  
UM ESBOÇO SUCINTO  
*Elisa Larkin Nascimento*
- 179 5. MEMORIAL ZUMBI: UM INFORME À SOCIEDADE  
BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)  
*Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi*
- 189 6. MEMORIAL ZUMBI: CONQUISTA DO MOVIMENTO NEGRO  
*Joel Rufino dos Santos*
- PARTE 2: A MATRIZ AFRICANA NO ENSINO:  
EVOLUÇÃO E INICIATIVAS**
- 203 7. INTRODUÇÃO  
*Elisa Larkin Nascimento*
- 211 8. REFLEXÕES BASEADAS NO FÓRUM MEMÓRIA VIVA  
E AÇÃO CULTURAL  
*Elisa Larkin Nascimento (coordenadora)*
- 223 9. RELATÓRIO DO 1º FÓRUM ESTADUAL SOBRE O ENSINO DA  
HISTÓRIA DAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS NA ESCOLA PÚBLICA  
*Elisa Larkin Nascimento (coordenadora)*
- 261 10. A CRIANÇA NEGRA E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO  
RIO GRANDE DO SUL  
*Vera Regina Triumpho*
- 265 11. PROJETO BAOBÁ: RIBEIRÃO PRETO EDUCANDO PARA A  
IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL  
*Silvany Euclênio*
- 277 12. AÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO  
*Piedade Marques*
- 289 SIGLAS E ABREVIACÕES
- 293 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## APRESENTAÇÃO À NOVA EDIÇÃO

---

### POR QUE AS MATRIZES AFRICANAS?

---

A **REEDIÇÃO** da coleção Sankofa acontece em um momento de singular importância para os estudos brasileiros sobre a África e as diásporas africanas. Hoje, os estudos africanos não atendem apenas a uma demanda exclusiva do movimento social negro, mas de toda a sociedade, e tornam-se indispensáveis para o conhecimento do mundo no qual vivemos e dos mundos que nos precederam. Fruto do ativismo de educadores negros e seus aliados, a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional contida na Lei nº 10.639/2003 coloca a sociedade inteira diante da obrigatoriedade de assumir o legado africano como uma pré-condição essencial para desenvolver o conhecimento. Era precisamente isso – assumir essa pré-condição e atender a essa demanda – que se almejava com a produção da coleção Sankofa na década de 1980. Por que assumir o legado africano como pré-condição essencial do conhecimento? Os temas abordados nestes quatro volumes vêm nos mostrar: as histórias e as culturas africana e afro-brasileira dizem respeito não apenas aos descendentes africanos, mas à humanidade como um todo e ao Brasil como nação.

No primeiro volume, vamos conhecer por que a noção da África como berço único da humanidade, arcaica e moderna, é um dos dados que se impõem com força cada vez maior nos estudos interdisciplinares sobre os seres humanos e as redes sociais complexas que estes têm constituído ao longo de seus quase três milhões de anos de existência. Entenderemos por que é necessário conhecer a África para compreender a origem das primeiras civilizações e a formação do mundo antigo e contemporâneo. Teremos uma introdução à saga de resistência dos povos africanos ao domínio colonial e ao sistema escravista mercantil, que implantou as nações modernas das Américas, e exploraremos as implicações dessa dinâmica nas relações entre Brasil e África. O segundo e o terceiro volumes abordam aspectos básicos de como a matriz africana fundamenta a cultura brasileira e da importância da luta anti-racista dos negros para a história brasileira, inclusive na área da educação. Os dois livros mostram o papel fundamental da mulher negra e da religiosidade de origem africana na formação da cultura brasileira e nas perspectivas de sustentação do meio ambiente. No quarto volume, conheceremos uma das contribuições que os intelectuais africanos oferecem ao desenvolvimento do saber no mundo contemporâneo.

Este conjunto de obras aparece em um momento no qual já foi nitidamente desenhado o tipo de estruturas socioeconômicas planetárias que pretendem ditar as normas em todos os âmbitos, especialmente no da educação. O mundo globalizado que tomou forma a partir da queda do projeto comunista e do fim da Guerra Fria é um mundo hegemônico não somente do ponto de vista econômico e político, mas também (e sobretudo) do ponto de vista ideológico. Embora se apresente como um mundo antiideológico – aliás, como o mundo do fim das ideologias –, na realidade ele massifica e difunde globalmente uma cultura ideológica que se apresenta como inclusiva. Trata-se da imagem fracionada de uma diversidade rasa e fácil, transmitida nos pulsos eletrônicos dos meios de comunicação de massa, incapaz de remeter à riqueza e à profundidade das diferentes culturas e experiências históricas. O recente revisionismo da narrativa histórica sobre a África faz parte dessa visão hegemônica cujo impacto contribui para manter a subalternização e a dominação dos povos e descendentes africanos.

\* APRESENTAÇÃO À NOVA EDIÇÃO \*

A coleção Sankofa realiza um trabalho no sentido contrário - o de reafirmar e aprofundar as bases históricas de uma narrativa cujos protagonistas são o próprio povo africano e sua produção intelectual e científica - e oferece referenciais para uma formação intelectual capaz de contemplar as verdadeiras dimensões de nossa diversidade, contribuindo assim para a elaboração do pensamento contemporâneo.

CARLOS MOORE

Salvador, 2008





## INTRODUÇÃO À NOVA EDIÇÃO

**APÓS TREZE** anos, voltamos a editar a coleção Sankofa (desta vez em quatro volumes), no intuito de atender à demanda que aumentou bastante desde a primeira edição. Continuam escassos, se comparados à amplitude dessa demanda, os recursos disponíveis para subsidiar o ensino da história e da cultura afro-brasileiras, apesar de estar em vigor, há quatro anos, a lei que o torna obrigatório.

Tal demanda não é apenas quantitativa, mas principalmente qualitativa. Precisamos de obras que abordem esses temas de um novo ponto de vista. Carecemos de pesquisas e reflexões construídas sobre novas bases epistemológicas. As informações reunidas nos volumes da coleção Sankofa atendem a essa demanda específica, e temos certeza de que serão de grande valor para uma população que está inserta em um mundo cada vez mais globalizado e procura fundamentar uma nova articulação de sua identidade. Refiro-me à população brasileira, e não apenas aos negros brasileiros. Para estes, porém, a recuperação de identidade ganha uma dimensão especial, pois a distorção, a escamoteação e a falta de referências sobre a história e a cultura africanas desembocam no desconhecimento de suas raízes, que são também as raízes do Brasil.

A falta de conhecimento sobre suas origens contribui para que os afrodescendentes tenham pouca auto-estima, o que impede seu acesso pleno às oportunidades e mina sua capacidade de lutar por direitos. Essa situação levou o movimento social afro-brasileiro a exercer forte pressão política. Esse movimento, que vem se articulando desde a Convenção Nacional do Negro, quando intelectuais e ativistas negros advogaram medidas afirmativas no contexto da Assembléia Constituinte de 1946, expandiu-se bastante nas décadas de 1970 e 1980. No final do século XX, com a terceira Conferência Mundial contra o Racismo, o movimento abriu nova brecha com a modificação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003), que tornou obrigatória a temática história e cultura afro-brasileiras.<sup>1</sup>

A primeira edição desta coleção teve dois volumes e marcou um momento rico nesse processo, pois foi publicada pela Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras (Seafro), único órgão executivo estadual de primeiro escalão voltado para a articulação e implementação de políticas públicas de combate ao racismo.<sup>2</sup> O projeto Sankofa incluía a distribuição dos livros às bibliotecas públicas e às redes de ensino municipais e estadual do Rio de Janeiro, bem como a realização de fóruns e atividades de preparação de educadores para o ensino da história e da cultura afro-brasileiras. Essas iniciativas aconteceram uma década antes da promulgação da Lei nº 10.639, de 2003. Essa primeira versão da coleção Sankofa reunia os textos de apoio para o curso Sankofa, ministrado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (Ipeafro) no período de 1983 a 1995<sup>3</sup>, bem como o resultado dos dois fóruns que o Ipeafro realizou em conjunto com a Seafro (Nascimento, E. L., 1991b, 1993). Uma segunda edição da coleção, com três volumes, trouxe novos ensaios.<sup>4</sup>

A presente coleção baseia-se nesses três livros, atualizados e com novos conteúdos, e agrega um quarto, a antologia de ensaios *Afrocentricidade - Uma abordagem epistemológica inovadora*. O primeiro volume, *A matriz africana no mundo*, introduz o leitor à história e às civilizações africanas da antigüidade e ao legado do grande cientista senegalês Cheikh Anta Diop. Oferece também uma introdução à his-

tória da resistência pan-africana e às relações do Brasil com a África, contando com dois textos novos de Carlos Moore e Anani Dzidzienyo. O presente volume, *Cultura em movimento*, focaliza a matriz africana no Brasil, o movimento social afro-brasileiro e a questão prioritária deste: a educação. Aborda a Lei nº 10.639, de 2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e traz informações atualizadas sobre esses temas. O terceiro volume, *Guerreiras de natureza – Mulher negra, religiosidade e ambiente*, fala sobre o culto aos orixás e a preservação da natureza, entre outros assuntos atuais da temática afro-brasileira.

O quarto volume, *Afrocentricidade – Uma abordagem epistemológica inovadora*, introduz ao público brasileiro a proposta epistemológica articulada pelo professor Molefi K. Asante com base nos referenciais clássicos da tradição e do saber africanos, inclusive na obra do grande cientista senegalês Cheikh Anta Diop.

Gostaria de agradecer aos profissionais e colegas que colaboraram de forma generosa com este projeto – especialmente o pesquisador Carlos Henrique Bemfica e a assistente Cassilda Maria dos Santos, pelo apoio na elaboração desta nova edição.

ELISA LARKIN NASCIMENTO  
Rio de Janeiro, setembro de 2007

---

---

## NOTAS

- 1 | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. (Parecer CNE/CP 003/2004). In: MEC/SECAD. *Ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: MEC/Secad, 2006, p. 229-57. Também disponível em: <<http://diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/diretrizes.pdf>>.
- 2 | Leonel de Moura Brizola, então governador do Rio de Janeiro, criou a Seafro em 1991. Em 1995, o sucessor de Brizola a extinguiu. Vale lembrar que os conselhos estaduais e municipais de defesa dos direitos dos negros são órgãos consultivos.

- 3 | Alguns desses textos, mais tarde, desdobraram-se em livros: Lopes (2003), Lopes (2006), Nascimento, A. (2002c), Nascimento, E. (2003b).
- 4 | O conselho editorial da Uerj aprovou a coleção de três volumes, mas a EdUerj publicou somente o primeiro (Nascimento, E. L., 1996).



## APRESENTAÇÃO\*

O **GRANDE** traço diferenciador da questão negra no Brasil e nos Estados Unidos são as medidas adotadas pelos respectivos governos e cidadãos influentes para minimizar os efeitos nocivos da ordem escravista na vida dos ex-cativos e seus descendentes, principalmente no que toca à representatividade política, sobretudo no campo da educação.

Nos Estados Unidos, já em 1865, dois anos após a Proclamação de Emancipação<sup>1</sup>, o governo organizou o chamado Departamento dos Libertos, que, além de cuidar do reassentamento das vítimas do cativeiro, estabeleceu metas educacionais e de capacitação profissional. Até particulares se preocuparam com o problema: desde o fim da Guerra Civil até a primeira década do século XX, muitos filantropos destinaram grandes somas à educação do povo negro norte-americano.

No rastro luminoso dessas iniciativas surgem, por exemplo: a Fisk University (1866), em Nashville, Tennessee; a Howard University (1867), em Washington, DC; a Morehouse College (em inglês, *college* significa “faculdade”), em Atlanta, Geórgia; e o Tuskegee Institute, fundado por

\* Esta apresentação foi escrita em 1996, para a segunda edição da coleção Sankofa, aprovada pelo Conselho Editorial da Uerj.

Booker T. Washington (1881), uma singular escola do Alabama na qual os negros tinham acesso a um misto de ensino acadêmico e profissionalizante, voltado principalmente para o aprendizado industrial e agrícola.

No Brasil, em vez de projetos de integração do negro na sociedade, o que governo e as elites logo de início buscaram foi a conjuração de um suposto perigo social representado pelas massas negras em liberdade. É assim que, já em 1730, no Rio de Janeiro, foi fundada a Casa dos Expostos, instituição à qual era confiado (por meio do horripilante método da “roda dos expostos”, ou “roda dos enjeitados”, uma roleta em um guichê no qual as pessoas podiam entregar a “mercadoria” sem se identificar) o enorme contingente da infância negra desassistida ou abandonada.

Quase um século depois da instituição da “roda dos expostos”, em 1832, foi criada a Escola de Aprendiz de Marinheiros, para abrigar menores abandonados de mais de 12 anos. Típico “reformatório”, era o estabelecimento para o qual eram mandadas as crianças “rebelde” e “problemáticas”, entre as quais evidentemente se achava uma maioria de descendentes de africanos. Já na República, em 1899, foi fundada a Escola Correccional Quinze de Novembro, a tristemente célebre “Escola Quinze”, núcleo do Serviço de Assistência a Menores (SAM), de memória não menos triste, que depois virou Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem).

A triste constatação a que o estudo comparativo induz é de que, nos Estados Unidos, apesar da segregação que adveio após o período da Reconstrução, as primeiras sementes lançadas no campo educacional renderam frutos suculentos, evidenciados pela rápida ascensão de inúmeros negros aos escalões decisórios da nação; enquanto, em nosso país, o que se buscou sempre foi o apagamento da “mancha negra”, suposto entrave à construção da nova nação que continuamos almejando.

Essa atitude defensiva das elites e dos antigos governos, consequência talvez de um incurável remorso, reflete uma tendência que tem levado alguns brasileiros a lançar ao próprio africano e aos seus descendentes a vergonha da escravidão negra nas Américas. Essa tendência gera uma postura liberalizante em relação à questão, segundo a qual “foram os negros, com uma milenar tradição escravocrata atrás de si, que trouxeram a escravidão para as Américas; logo, eles próprios é que têm de resolver os problemas daí advindos”.

Indo mais além, os arquitetos do racismo brasileiro foram construindo a ideologia e a prática de seu sonhado branqueamento nacional. Imaginavam que, sendo impossível apagar o elemento negro da história e da vida do país, como foi feito com sucesso em outros países da América do Sul, o cruzamento dos “povos inferiores” (que tinham sobrevivido ao genocídio da escravidão e das guerras platinas) com os de origem europeia levaria à extinção natural dos primeiros. Para isso, foi elaborado todo um conjunto de projetos legislativos, emendas constitucionais, recomendações oficiais e assim por diante, tendentes à diluição fenotípica dos negros e à sua invisibilização no cenário brasileiro.

A estratégia mais eficaz nesse processo, porém, como já afirmamos em outras oportunidades, foi negar aos afrodescendentes o acesso à real história de seus antepassados, principalmente no continente de origem. Procurando apagar da memória dos afro-brasileiros suas ligações com o passado africano, o racismo organizado fez que esse enorme contingente populacional se despojasse dos traços mais decisivos de sua identidade e fosse alimentando uma auto-estima cada vez mais baixa.

No currículo escolar convencional, apoiado em base eurocêntrica, o único episódio da história africana que merece relevância é a saga civilizatória do Egito faraônico. Mas em nenhum momento os valores tão exaltados do saber e da cultura egípcios são inseridos em seu verdadeiro contexto, que é o das grandes civilizações africanas da antiguidade. Nem mesmo os ensinamentos do grego Heródoto (segundo o qual o Egito dos faraós só foi possível em função do húmus cultural e civilizatório que o rio Nilo trouxe, em suas águas, do “berço da humanidade”, no centro do continente africano, passando pelos legendários reinos de Axum e Méroe) merecem uma reflexão conseqüente.

Da mesma forma, o estudante brasileiro que sempre teve a seu dispor informações detalhadas sobre a Idade Média europeia em geral nada sabe dos faustosos impérios que floresceram na África ocidental por essa mesma época e cujo desmoronamento tanta importância teve para a colonização brasileira. Mesmo com relação à história do Brasil, que sem a participação do ser humano negro seria totalmente outra, quanta desinformação!

Envolvendo esse quadro está a visão governamental tradicional sobre a questão afro-brasileira, que até as recentes posições do atual Governo Federal sempre foi enxergada como “cultura negra”, “museu do folclore” e outras perfumarias, salvo uma honrosa exceção que foi, no Rio de Janeiro, a criação, no início dos anos 1990, da logo extinta Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (Seafro), cujo primeiro e último titular foi o extraordinário intelectual e homem público Abdias Nascimento.

Pois foi também de Abdias e de sua dedicada companheira, a não menos brilhante e combativa intelectual Elisa Larkin Nascimento, que nasceu a idéia do Sankofa – Curso de Conscientização da Cultura Afro-Brasileira, ao qual estou ligado desde o primeiro momento. Descontadas as óbvias diferenças, o Sankofa é hoje, no Brasil, uma iniciativa que remete a todo aquele esforço educacional pró-negro levado a efeito nos Estados Unidos há mais de cem anos, que elevou a auto-estima e a participação dos afro-americanos aos patamares que hoje conhecemos.

E a publicação dos presentes volumes, mais uma útil ferramenta de trabalho na construção da verdadeira sociedade igualitária que todos sonhamos, é o atestado de uma verdade promissora: mesmo com um descompasso de mais de cem anos em relação a nossos irmãos norteamericanos, nós educadores, pensadores, escritores e artistas afro-brasileiros já começamos a escrever, de próprio punho e inspirados por nossos ancestrais, as linhas mestras que hão de balizar, doravante, nosso destino e o de nossos descendentes.

NEI LOPES  
Rio de Janeiro, 1996

---

---

## NOTAS

- 1 | A Proclamação da Emancipação, assinada pelo presidente Abraham Lincoln, é o documento que formalmente aboliu a escravidão nos Estados Unidos, marcando o fim da Guerra Civil.



## INTRODUÇÃO

**Os ARTIGOS** aqui reunidos têm sua unidade e sua coerência básicas no fato de constituírem textos de referência do curso de extensão universitária Sankofa – Conscientização da Cultura Afro-Brasileira (1983-1995)<sup>1</sup>. Ministrado por um conjunto de professores, o curso refletiu um amplo leque de conhecimentos especializados.

No presente volume, apresentamos uma série de ensaios sobre o legado cultural e histórico do povo africano e seus descendentes no Brasil, sobre sua luta de resistência contra a escravidão e o racismo e sobre a questão racial no ensino. O Ipeafro realizou o Fórum África na Escola Brasileira (Nascimento, E. L., 1991; 1993)<sup>2</sup> no bojo do curso Sankofa, que reuniu um público de mais de quatrocentos profissionais do ensino em 1991. Como estes expressaram seu vivo interesse em um evento que abordasse a política de ensino com relação às questões discutidas no curso, surgiu a idéia de realizar um fórum e, para isso, o Ipeafro uniu-se à Seafro, do governo do estado do Rio de Janeiro.

Outro aspecto que liga os textos reunidos no presente volume é o fato de acompanharem e refletirem momentos importantes do ativismo negro no Brasil. Em 1980, foi fundado o Memorial Zumbi, que unia entidades do movimento negro com universidades federais e setores da adminis-

tração do patrimônio nacional no esforço de recuperar, para a comunidade afro-brasileira e a população em geral, as terras da República dos Palmares. Iniciaram-se as peregrinações à Serra da Barriga para comemorar o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Por sugestão do Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, essa data foi instituída em contraposição ao tradicional 13 de maio, enterrado em ato público como mentira cívica. O crescimento da celebração do dia 20 de novembro e sua generalização como data nacionalmente comemorada com destaque na mídia impressa e eletrônica são sensíveis indicadores da vitória do movimento no objetivo de criar uma nova visão da questão racial.

Em 1983, o então deputado federal Abdias Nascimento apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.332, dando largada à discussão da proposta de medidas de ação compensatória para concretizar oportunidades igualitárias para a população afro-brasileira historicamente discriminada. Àquela época, a idéia foi recebida com muita cautela. Hoje, propostas desse gênero são debatidas sob o título geral de “políticas públicas voltadas às necessidades específicas da população afrodescendente” ou “políticas de ação afirmativa”.

O centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, coincidiu com a eleição e as deliberações do Congresso Constituinte, que ouviu representantes da comunidade negra e inscreveu na nova Carta da Nação várias medidas concernentes à população afro-brasileira. A Serra da Barriga foi tombada, em 1987, como patrimônio nacional do Brasil e o Ministério da Cultura criou a Comissão pela Comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura, mais tarde transformada na Fundação Cultural Palmares. Tudo resultado da atuação de ativistas, entidades e parlamentares negros.

O racismo no sistema de ensino, tema de concentração dos esforços do Ipeafro, ganhava cada vez mais destaque na incipiente discussão do que seria chamado mais tarde de “políticas públicas”. Nas universidades, formaram-se alguns núcleos e centros de pesquisa sobre assuntos da história e cultura de origem africana, e os professores e as entidades do movimento negro se organizaram para focalizar essa questão.

Essas tendências e outros movimentos agregaram-se, por ocasião do Tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, na “Marcha

Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida". A partir desse momento, a meta da formulação e implementação de políticas públicas específicas para a população negra ganhou corpo no Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, criado pelo Decreto Presidencial de 20 de novembro de 1995.

Os ensaios reunidos neste volume refletem diferentes aspectos da evolução do movimento negro. Os textos de Nei Lopes e Beatriz Nascimento expressam o empenho da nova geração de intelectuais afrodescendentes no resgate de sua história com referência à África. O esboço de crônica sobre o Memorial Zumbi, nos textos de Abdias Nascimento e Joel Rufino dos Santos, registra o esforço de concretizar esse resgate em ações específicas. O relatório do Fórum África na Escola Brasileira, complementado pelo depoimento de Vera Regina Triumpho e outros documentos, registra momentos definitivos na evolução do pensamento e da ação do movimento negro sobre o tema da educação. Meu texto sobre os movimentos afro-brasileiros oferece um esboço histórico mais amplo para essas considerações. A proposta do quilombismo, no texto de Abdias Nascimento, incluído no quarto volume, *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*, resume esses esforços no plano intelectual e da ação política. Trata-se de uma proposta de orientação teórica para o país, e não apenas para os negros brasileiros. Assim finalizamos a ação política afro-brasileira em seu devido contexto: o da construção da cidadania e da democracia no Brasil, e o da articulação de uma nova concepção da nação brasileira.

Ao republicar esta obra, pretendemos oferecer subsídios para a integração dos assuntos afro-brasileiros no currículo escolar e para a preparação de quadros no magistério aptos ao ensino dessas matérias. Tal objetivo coincide com os propósitos da introdução, pelo Ministério da Educação, do tema transversal da pluralidade cultural nos parâmetros curriculares nacionais. Não é uma proposta fácil de ser implementada no cotidiano das escolas, pois existe pouco material adequado. Com este volume, esperamos contribuir para atender à necessidade, no contexto do tema transversal da pluralidade cultural, de corrigir os estereótipos e as distorções existentes em relação a história, cultura e experiência dos africanos em nosso país, nas Américas e no mundo. Entendemos que

tais distorções prejudicam não apenas as crianças de todas as etnias, como também a cultura do país, ao formar a visão com que a escola constrói o *ethos* do Brasil e de sua gente, cuja origem africana sobressai em quase todos os sentidos: demográfico, cultural, histórico, lingüístico e da própria personalidade. A imputação de inferioridade, implícita nos estereótipos e nas distorções, do grupo étnico que durante três quartos da existência do Brasil formou a grande maioria de sua população e ainda hoje continua majoritário gera um complexo de inferioridade arcaico e antibrasileiro que incide sobre todos a população do país.

ELISA LARKIN NASCIMENTO  
Rio de Janeiro, 1996

---

---

## NOTAS

- 1 | Curso organizado pelo Ipeafro e realizado na PUC-SP (1983-1984) e na Uerj (1985-1995).
- 2 | O título completo do Fórum é 1º Fórum Estadual sobre o Ensino da História das Civilizações Africanas na Escola Pública. *A África na escola brasileira* é o título do livro que publica seu relatório e outros textos (Nascimento, E. L., 1993).

# PARTE I



**CULTURA, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA**



# I



## CULTURA BANTA NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO

*Nei Lopes*

*Nojenta prole da rainha Ginga, sabujo lavrado, cara de mico...*

(De um soneto de Bocage dedicado ao mestiço brasileiro  
Padre Domingos Caldas Barbosa)

*BANTO, s.m. Cada um dos membros da grande família etnolingüística à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, cabindas, benguelas, moçambiques etc. [...]*

*Do termo multilingüístico ba-NTO, pl. de mu-NTO, que significa pessoa.*  
(Lopes, 2003, p. 39)<sup>1</sup>

Os **VELHOS** manuais de história do Brasil costumam dizer que os negros africanos escravizados que aqui chegaram eram *sudaneses* ou *bantos*. Costumam também contrapor os bantos aos sudaneses, lançando sobre os primeiros o estigma da mais absoluta inferioridade. Essa discriminação do banto atinge o negro de modo geral, porque tudo leva a crer que a grande maioria dos africanos trazidos ao Brasil na condição de escravos teria vindo da parte meridional do continente, habitat dos povos bantófonos. No bojo dessa discriminação estaria o juízo de que o geral dos africanos vindos ao Brasil seria bronco e curto de inteligência, sendo detectados, aqui e ali, alguns bolsões de informação e entendimento apenas entre os oriundos do antigo Su-